

## **CAMPINAS, PLANEJAR A RECUPERAÇÃO.**

É oportuna a possibilidade proporcionada pelo novo Plano Diretor para uma profunda reflexão sobre a atual situação pré-falimentar da Prefeitura Municipal de Campinas, identificar causas, avaliar conseqüências, vislumbrar soluções e finalmente planejar o soerguimento da municipalidade.

Campinas está estrategicamente localizada, junto ao maior mercado consumidor do País, conta com infra-estrutura invejável, tem os melhores centros de formação de mão de obra nos níveis, secundário, técnico e superior, abriga renomadas instituições de ensino e avançados centros de pesquisas. Servida pelas melhores rodovias do país, o município conta com ampla malha ferroviária, hidrovias nas proximidades e ainda com Viracopos, um dos maiores e melhores aeroportos do Brasil. Dispõe de energia e água industrial para a demanda e terrenos industriais a preços competitivos, mas mesmo com tudo isso não conseguiu acompanhar na mesma velocidade o desenvolvimento do estado de São Paulo e em vários itens também não acompanhou o desenvolvimento Nacional.

Porque Campinas está mergulhada nessa degradante situação fiscal com enorme dívida social e financeira?

### **INDICES MOSTRAM EMPOBRECIMENTO E DEGRADAÇÃO**

Alguns índices podem refletir a evolução e o perfil do município. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, estudo do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, juntamente com o IPEA; em 1991, Campinas **era a 11ª** cidade do Brasil em **IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)**, em 2000 **caiu para 24ª** colocação.

Com relação ao **percentual de crianças de 5/6 anos nas escolas**, base para o bem estar e desenvolvimento educacional, de 1991 para 2000 Campinas **caiu da 1.279ª colocação para a 2.745ª**, ou seja, de um total de 5507 cidades brasileiras 2745 tinham em 2000, maior percentual de crianças com 5/6 anos nas escolas.

Se a análise da educação se der na esfera estadual, **em 1991, 214 cidades paulistas tinham menor índice de analfabetos dos 7 aos 14 anos; em 2000, 466 cidades estavam melhores.**

**Em Renda per cápita, caiu da 8ª para a 12ª posição.**

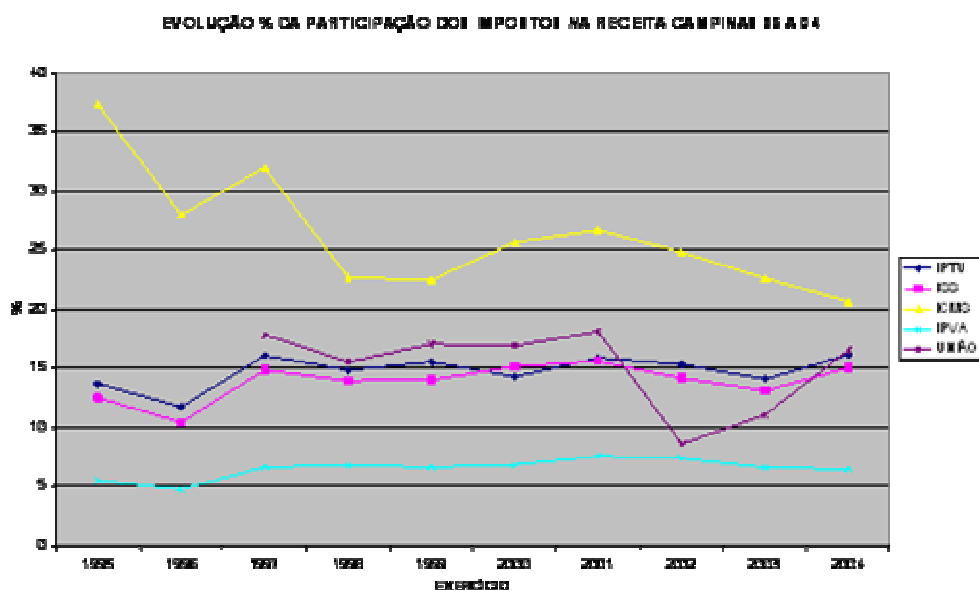
No índice **desigualdade**, a situação também piorou, **em 1991 a renda média dos 10% mais ricos era 15,26 vezes maior que a renda dos 40% mais pobres, em 2000 esta renda foi 21,78 vezes maior.** Aumentou muito, a concentração de renda.

O percentual de pessoas vivendo em domicílios subnormais em 1991 era de 8,92%, o que dava a Campinas a 14ª pior colocação no estado; em 2000 com 13,06%, o município assumiu a 9ª colocação, entre os 10 piores do estado.

## QUEDA NO VALOR ADICIONADO DE ICMS = EMPOBRECIMENTO

A arrecadação dos municípios é composta basicamente de IPTU, ISS, que são tributos de competência municipal, de 50% do IPVA dos veículos licenciados no local e de aproximadamente 25% do ICMS adicionado pelo município, que são impostos estaduais, e repasses da União, basicamente do FPM- Fundo de Participação dos Municípios e do ITR- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Observe pelo gráfico abaixo a evolução percentual da participação dos impostos nos orçamentos de Campinas de 1995 a 2004.



O gráfico mostra o percentual de participação de IPTU, ISS, ICMS, IPVA e repasses da União nos orçamentos do município de 1995 a 2004, e através dele pode-se constatar uma queda significativa na participação do ICMS, que em 1995 era 37,29% e em 2004 foi de 20,63%. Em Reais, se Campinas tivesse pelo menos mantido sua participação de 1995 no ICMS, o município receberia a mais em 2004 R\$ 192 milhões. O ICMS é o imposto “nobre”, termômetro da atividade econômica, da geração de empregos e do conseqüente bem estar social.

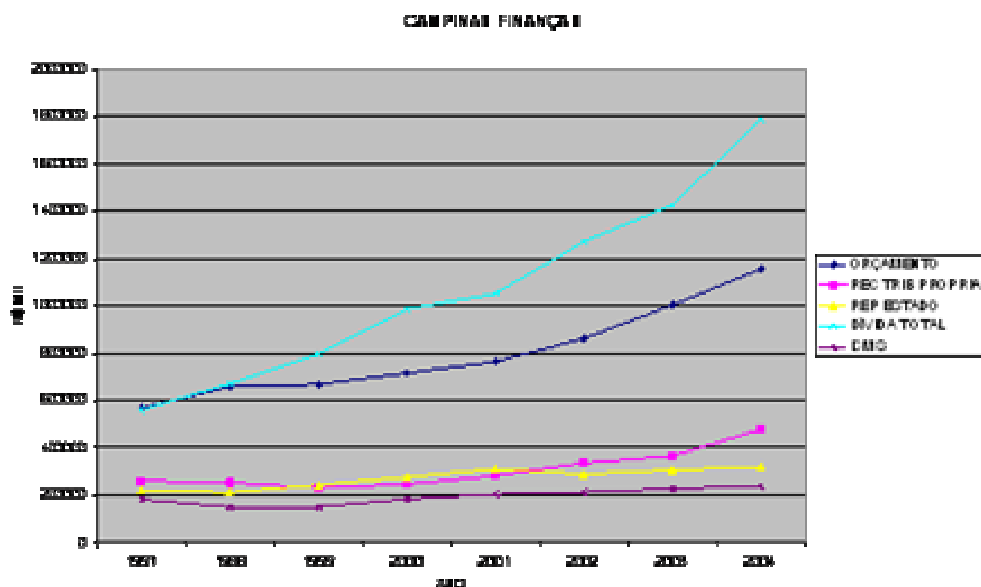
O repasse da chamada cota parte de ICMS baseado no Valor Adicionado pelos Municípios se dá com atraso de um exercício, ou seja, uma vez totalizados os números de 1993, estes serão utilizados para o repasse em 1995, e assim sucessivamente. Em 1994, Campinas era a 4ª colocada com 3,08% do total agregado pelo estado; em 2003 já tinha caído para a 6ª posição com 2,43%, numa **queda de mais de 21%**.

## A ORIGEM DO PROBLEMA

A grave situação atual teve origem logo no início da década de 90, com a elevação abusiva dos tributos municipais, IPTU e ISS que perduram até hoje. Naquela época, a inflação elevada mascarava o desequilíbrio e sem as leis de limitação de gastos com pessoal e de responsabilidade fiscal, as contas municipais fechavam anualmente no vermelho. Na visão daqueles administradores, aumentar tributos de competência própria

foi à opção escolhida ao invés da busca do equilíbrio na redução de despesas e ampliação da atividade econômica traduzida no ICMS. No moto contínuo dos equívocos, os elevados IPTU e ISS afugentavam empresas, o ICMS caía e a receita não acompanhava as despesas; no exercício seguinte, para compensar a queda na receita, os administradores aumentavam novamente tais impostos municipais agravando ainda mais a situação. **É o mesmo que dar glicose ao diabético, e em caso de reação, aumentar a dose.**

O gráfico abaixo mostra a evolução das finanças municipais de 1997 a 2004.



A velocidade com que a dívida municipal aumenta e se distancia do orçamento é assustadora. A dívida em 2006 já supera R\$2 Bilhões, e só para pagar o serviço, só os juros, sem amortização, é necessário muito dinheiro. É provável que qualquer iniciativa capaz de recolocar Campinas na rota dos investimentos, passe necessariamente por redução de ISS, IPTU e concessão de incentivos fiscais, Levando em conta que matéria tributária só tem vigência no exercício seguinte à aprovação, e que por parte do empresariado, entre a escolha da cidade, seleção e aquisição da área ou prédio, projeto, construção ou reforma da fábrica e o efetivo início da produção pode levar até um ano.

Por mais positivas e eficientes que sejam as medidas para aumentar a cota parte do Município, na verdade, só começam a trazer resultados em três ou quatro anos.

## **IPTU E ISS**

Com base nos números de 2004, o IPTU pago pelo Campineiro já era de R\$ 186,30 por habitante, o suficiente para ir ao banco, pagar juntos os IPTUs pelos munícipes de São José dos Campos R\$ 82,40/hab e Sorocaba R\$ 79,12/hab e ainda voltar de táxi pra casa. Não é à toa que a inadimplência do IPTU em Campinas é de 45%, com grande número de ações judiciais questionando o tributo. **Em 2005, o Campineiro pagou por Habitante o abusivo IPTU de R\$ 215,00 contra R\$ 85,00 pagos pelos joseenses.**

## A CARGA TRIBUTÁRIA CAMPINEIRA

A imprensa divulgou com destaque que a carga tributária nacional superou 40% para o primeiro trimestre de 2005. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, foi de 41,60 no período. Este índice foi composto por 27,78%, de carga federal; 11,24% dos estados e 2,58% de tributos municipais.

Se analisarmos os números consolidados de 2004, que tiveram 40,11% de carga total, a participação dos municípios na carga tributária brasileira foi de 1,68%, de um PIB de R\$ 1,766 trilhão, ou seja, os municípios arrecadaram R\$ 29,705 bilhões para uma população de 183 milhões de habitantes, o que dá cerca de **R\$ 162,32 por habitante**.

Se considerarmos que cada **campineiro contribuiu aproximadamente com R\$ 473,97**, cerca de três vezes mais que a média nacional no ano passado, podemos dizer que a carga tributária campineira em 2004 já atingia os **assustadores 43,38%** e seguindo a mesma linha, chegou à casa dos **46,76%** no primeiro trimestre de 2005.

## A PROGRESSIVIDADE DO IPTU

### É UM TIRO NO PÉ

Obviamente os comércios e as indústrias são inicialmente os mais penalizados com o abusivo IPTU, mas com o êxodo dessas empresas, vão também impostos e empregos e ao final quem é realmente penalizado é o cidadão, que por um lado fica sem o emprego e por outro é mal atendido pela municipalidade, por absoluta falta de recursos advindos do imposto nobre, o ICMS.

É legítimo, pensar, que as empresas têm maior capacidade contributiva, mas pela ótica do empresário ou do executivo, também é lícito buscar custos menores, quer pela majoração dos lucros ou pela própria sobrevivência do seu negócio, uma vez que concorrentes instalados em outros municípios tem custos significativamente menores e até isenções como incentivos fiscais. Em média uma empresa geradora de ICMS agrega na cota parte do município de 8 a 10 vezes mais, em Reais, que o valor do IPTU do galpão que ocupa.

É pouco inteligente abrir mão dos empregos, do ICMS e ficar com os galpões vazios.

A absoluta falta de planejamento voltado ao desenvolvimento industrial, e esse talvez tenha sido um erro capital do Plano Diretor de 1996, fez com que a cidade perdesse um importante bonde da história entre 95 e 97. Naquela época houve grande número de empresas nacionais e multinacionais buscando o interior paulista, e em especial nossa região. Vários municípios ofereciam incentivos fiscais e acenavam com receptividade enquanto os **equivocados administradores alardeavam que Campinas não precisava participar da chamada “guerra fiscal”**. Achavam que o diferencial de infraestrutura oferecido pelo município seria suficiente. E foi, foi suficiente para atrair para a região de Campinas, mas não para o município. Dessa forma, as empresas

**utilizam tudo o que Campinas oferece e se instalam nas cidades próximas. Lamentavelmente recolhem o precioso ICMS aos cofres dos vizinhos, onde receberam incentivos e os tributos são mais justos e palatáveis.**

### **OS DISTRITOS INDUSTRIAIS.**

Agravando a falta de uma política de desenvolvimento, o Distrito industrial de Campinas foi criado pelo Decreto Municipal 4.517 de 22 de Agosto de 1974 e implantado entre **76 e 82** através da desapropriação de centenas de lotes residenciais já urbanizados que acabaram por compor o DIC. As áreas, lotes industriais urbanizados, tiveram venda compromissada com as empresas que efetivamente compraram e pagaram, mas até hoje não possuem a Escritura definitiva por impossibilidade de outorga por parte da EMDEC Empresa Municipal de Campinas SA **que não consegue CND junto ao INSS. A falta das escrituras definitivas impede as empresas de oferecerem os imóveis em garantia de empréstimos e inibem ampliações e novos investimentos.**

O Pólo I de Tecnologia, situado à Rodovia D.Pedro I passou a década de 90, abandonado, também com problemas de titularidade acabou virando depósito de entulhos.

O Pólo II, nas proximidades do CPqD, UNICAMP e PUCCAMP, não decola, gravado pela burocracia e por uma “legislação especial”, insuficiente na atração de investimentos.

### **VIRACOPOS, 26 ANOS.**

Lá se vão mais de 26 anos desde que o então governador Paulo Maluf assinou em 27/9/79, o decreto declarando de utilidade pública para fim de desapropriação amigável ou judicial, as áreas para a ampliação de Viracopos.

Desde então já convalidaram o decreto, José Maria Marin, em 82; Orestes Quércia em 90 e Mário Covas, em 95 e 2000; mas a incompetência, o despreparo e a politicagem barata foram mais fortes que o patriotismo, o bom senso e a vontade dos bem intencionados.

Depois de negociar e esperar por quase um ano pelo governo Paulista, em 12/01/05, a Gol desistiu de implantar em Viracopos, Campinas um complexo de 9.000 m<sup>2</sup> para a manutenção de aeronaves, que geraria 1000 empregos direta e indiretamente. Foi para Confins, na grande Belo Horizonte, onde certamente encontrou receptividade.

### **LICIAÇÃO DE CASA**

**Com as evidentes dificuldades legais e conjunturais para uma significativa redução de custos, e cobrando os tributos próprios IPTU e ISS acima da capacidade contributiva dos munícipes, a saída de Campinas está na ampliação importante da**

**receita oriunda do ICMS. Ironicamente, para tal, é necessário reduzir equilibrada e paulatinamente os tributos IPTU e ISS. Não se trata de renúncia fiscal, a solução é oferecer incentivos fiscais para ampliar a arrecadação. Abrir mão por alguns anos do IPTU das empresas que vierem a se instalar ou ampliar suas operações na cidade em troca da elástica receita de ICMS. Na verdade, sem as empresas venham não há nem IPTU e nem ICMS, e é melhor para abrir mão de um tributo que não existiria sem que a instalação da empresa e ampliar significativamente a receita do município, além de ampliar a oferta de empregos. Só assim, sem mágica, Campinas conseguira atrair investimentos, gerar empregos e equilibrar suas contas de ordem financeira e social.**

**Ainda há tempo, para a retomada do desenvolvimento, basta que o Plano Diretor 2006 contemple não só o planejamento físico do município, mas também o financeiro.**

**Em casa que falta pão, todos gritam e ninguém tem razão.**

**Que os novos administradores campineiros tenham grandeza, façam corretamente a lição de casa e alterem esse estado de coisas colocando novamente Campinas no rumo, de onde não deveria ter saído.**

JULIO ALBERTO GARCIA D'AGOSTINI  
Consultor empresarial

**FONTES:**

Fazenda Estadual;

TCE-SP;

STN;

PMC

CÂMARA MUNICIPAL